

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Portas abertas	2
Título: Royalties e participações especiais do petróleo aumentam 80% no Rio	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Com subvenção de R\$ 0,30 do governo, diesel ainda terá 5 reajustes em 2018	3
Título: Leilão de usinas a gás no Nordeste é discutido em reunião, sem conclusão	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Dois setores com enorme potencial: agro e petróleo	6
Título: Com aumento das importações, superávit recua 32,7% em julho	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Com estiagem, energia encarece	9
Título: Polêmica do diesel	10
Título: CPFL vai à universidade	11
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Subsídio ao diesel	11
Título: Petrobras pode ter lucro de R\$ 6,5 bilhões	12
Título: Tarifas americanas impulsionam resultado do grupo ArcelorMittal	13
Título: Grupo chinês tem desafios em hidrelétricas	14
Título: Planos da CTG movimentam cadeia local de fornecedores	18
Título: Usinas foram construídas entre os anos de 1960 e 1970	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Portas abertas**

Ivan Monteiro, presidente da Petrobras, vai colocar à disposição dos candidatos a presidente da República todos os dados da estatal.

É só pedir. Outras estatais farão o mesmo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez E Nelson Lima Neto****Título: Royalties e participações especiais do petróleo aumentam 80% no Rio**

Nos seis primeiros meses do ano, tributos somaram R\$ 6,5 bilhões. Recursos devem continuar subindo com os campos do pré-sal, que têm alta produtividade, mas servirão para cobrir rombo

O Estado do Rio recebeu, na primeira metade deste ano, R\$ 6,5 bilhões em participações especiais (PEs) e royalties da produção de petróleo, um aumento de quase 80% em relação aos R\$ 3,7 bilhões arrecadados no primeiro semestre de 2017. A tendência é que essa receita siga aumentando por causa das PEs, que somaram R\$ 4,4 bilhões entre janeiro e junho, o dobro do que o estado recebeu no mesmo período de 2017. Na prática, a população não vai sentir o efeito desse reforço no caixa estadual. Os recursos servirão principalmente para reduzir o rombo da Previdência dos servidores estaduais.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o pagamento de participações especiais no país no segundo trimestre deste ano foi recorde, R\$ 8,2 bilhões, superando os R\$ 6,4 bilhões dos primeiros três meses. Metade fica com a União, 40% vão para os estados, e 10% são divididos entre prefeituras.

Segundo Edmar Almeida, do Grupo de Economia de Energia do Instituto de Economia da UFRJ, a tendência é que o pagamento de PEs aumente cada vez mais porque elas são uma compensação financeira extraordinária, paga pelas empresas nos campos de maior produtividade. É justamente a característica dos campos do pré-sal, que têm acelerado a produção. Os campos de Lula e Sapinhoá, os maiores produtores do país, têm vazões superiores a 30 mil barris diários por poço.

—A tendência é de aumentar o pagamento de PEs com o crescimento da produção dos campos do pré-sal, mas os preços do petróleo variam muito. Por isso, é importante ter planejamento para esses recursos, para não se ficar dependente deles, porque são finitos.

No Rio, porém, as receitas extras são destinadas obrigatoriamente para o rombo previdenciário. No início de 2018, a previsão do Rioprevidência era de encerrar 2018 com um déficit de R\$ 11 bilhões, valor que teria de ser compensado pelo Tesouro estadual. O aumento da arrecadação, porém, derrubou essa previsão para cerca de R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Com subvenção de R\$ 0,30 do governo, diesel ainda terá 5 reajustes em 2018

Alvo de protesto dos caminhoneiros, preço do combustível seguirá mercado externo a cada 30 dias

Rio de Janeiro - O governo confirmou nesta quarta (1º) que não mexerá no preço do diesel em agosto, apesar da queda das cotações internacionais em julho. Mas passará a acompanhar o mercado internacional a partir do próximo dia 31, com a previsão de cinco reajustes até o fim do ano.

Os reajustes serão realizados a cada 30 dias, com base no preço de referência estabelecido pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Bio-combustíveis) para o primeiro dia de cada período. Esse preço é revisto diariamente de acordo com as variações do mercado internacional.

Os reajustes serão calculados com a subtração do desconto de R\$ 0,30 do preço de referência. A ANP pode incluir neste valor eventuais gastos adicionais do governo caso o diesel passe muito tempo acima do preço esperado para cada mês, o que ainda não ocorreu no programa.

Caso a regra valesse para agosto, o litro do diesel nas refinarias poderia cair R\$ 0,10 por litro, de R\$ 2,10 para 2 por litro —já que o preço de referência da ANP para o último dia de julho foi de R\$ 2,3028 (ainda não foi divulgado o valor do dia 1º de agosto).

O decreto prevê acompanhamento mensal pela ANP dos gastos com a subvenção, que poderão ser de, no máximo, R\$ 9,5 bilhões.

Ao atingir 95% deste valor, o programa será encerrado antecipadamente.

Criado para pôr fim à greve dos caminhoneiros, o programa prevê desconto de R\$ 0,30 no valor de venda do diesel por refinarias e importadores. A cada 30 dias, o governo transfere recursos do Tesouro para essas empresas a título de ressarcimento.

Estimativas do mercado apontam que, durante as duas primeiras fases, o programa consumiu R\$ 1,76 bilhão. Até agora, porém, a ANP só autorizou o pagamento de R\$ 121 mil para a Dax Oil Refino e a Refinaria de Petróleo Riograndense.

Na Medida Provisória 847, também publicada nesta quarta com as bases para o período restante do programa, o governo preferiu frisar que os descontos são concedidos apenas ao diesel rodoviário, voltado para veículos automotores.

Diferentemente da MP 838, que criou o programa no fim de maio, o texto desta quarta deixa claro em seu artigo 6º que a subvenção "será restrita à comercialização de óleo diesel rodoviário". A medida evita pedido de subvenção por vendas de diesel náutico, usado por embarcações.

Além do desconto de R\$ 0,30, o governo se comprometeu com os caminhoneiros a reduzir em R\$ 0,16 a carga tributária federal sobre o diesel, elevando a R\$ 13,6 bilhões o compromisso do Tesouro com a redução do preço do combustível.

Demanda represada faz consumo de diesel disparar em junho

Com demanda represada pela greve dos caminhoneiros, as vendas de diesel no país dispararam em junho e atingiram o maior volume dos últimos cinco anos, informou nesta quarta (1) a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Segundo a agência, o mercado brasileiro consumiu 5 bilhões de litros de diesel em junho, alta de 33,1% com relação ao mês anterior, que sofreu impacto da greve, e de 7,4% com relação ao mesmo mês de 2017.

Os principais fatores para a alta, diz a agência, foram a intensificação do transporte de carga após demanda represada em maio e o impacto da subvenção federal, que reduziu o preço em 0,47% no mês.

Apesar do aumento no consumo, as importações de diesel caíram 9% em junho, o que indica que parte da demanda extra foi atendida com estoques guardados durante a paralisação dos caminhoneiros.

No mês, o produto importado respondeu por 14,8% das vendas, contra 21,7% no mês anterior. Em janeiro, as importações representaram 40% do volume vendido no mercado interno.

A escalada dos preços internos afeta as vendas de gasolina, que caíram 16,51% com relação a junho de 2017, mantendo-se nos menores níveis dos últimos cinco anos pelo terceiro mês consecutivo.

Na comparação com maio, houve alta de 2,39%. O aumento nessa base de comparação reflete a normalização do mercado após dias de falta de produtos nos postos durante a greve dos caminhoneiros.

Em 2018, as vendas de gasolina acumulam queda de 11,98%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Leilão de usinas a gás no Nordeste é discutido em reunião, sem conclusão

São Paulo - A proposta de um leilão para contratar usinas térmicas a gás natural no Nordeste foi discutida, nesta quarta-feira (1º), pela Comissão Especial de Leilões do Ministério de Minas e Energia, mas não houve uma conclusão.

A ideia inicial do governo era realizar um leilão de reserva —modelo que geraria um impacto de R\$ 2 bilhões na conta de luz de todos os consumidores (famílias e empresas), por 20 anos, segundo a Abrace, associação que representa grandes consumidores de energia.

O governo teria desistido da modelagem após reportagem da Folha, que mostrou que havia uma queda de braço dentro do setor justamente por conta do impacto na conta de luz.

A contratação das térmicas a gás é defendida pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética), órgão público responsável pelos estudos que embasam a construção de usinas, que diz ser necessário substituir as térmicas a óleo cujas concessões vencem até 2024.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, afirmou, na última semana, que a pasta estava em busca de uma modelagem diferente, que não onerasse o consumidor.

O ministério disse, em nota, que serão feitos estudos técnicos para "avaliar a pertinência e definir a modelagem adequada para contratação".

O prazo para a realização do leilão ainda neste ano é curto: segundo o setor de geração térmica, os trâmites teriam que ser concluídos até meados de agosto. O leilão é um pleito de políticos no Nordeste e de empresas de óleo e gás.

A contratação é também defendida por analistas que dizem que há risco de desabastecimento, por causa da prolongada seca no Nordeste, e que as usinas a gás seriam uma alternativa mais barata e menos poluente que as usinas a óleo. Há, porém, críticos do projeto, que afirmam que não há necessidade de novas usinas — por causa da retração econômica, o consumo caiu e haveria sobra de energia.

Crítica-se, sobretudo, a proposta do leilão de reserva, que seria mais um custo para o consumidor em meio à crise.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Dois setores com enorme potencial: agro e petróleo

A atividade econômica continua devagar-quase-parando e o desemprego, capengando. A campanha eleitoral começa a tomar corpo. Está mais do que na hora de decidir para onde queremos ir. A indústria tradicional, alimentada com créditos subsidiados, reservas de mercado, desonerações, proteções alfandegárias e um Refis depois do outro, só continua aí porque determinados navios demoram para afundar.

Mas estão, sim, afundando. O mesmo acontece com o emprego, tal como o conhecemos, outra embarcação a perigo. O que vem vindo aí é outro mundo. É a indústria 4.0, é a integração do sistema produtivo em nuvem, é a impressão em 3 D. Fora daí, é insistência no que está fenecendo. As novas plataformas, os aplicativos e a internet das coisas estão transformando as relações de produção e a relação entre empregador e empregado a velocidades espantosas.

Por isso, não cabe mais batalhar pela sobrevivência por uma manufatura do século passado a pretexto de preservar empregos. A indústria moderna não vai mais para países e regiões onde a mão de obra é mais barata, porque cada vez mais dispensa mão de obra. Ela vai para onde pode contar com regras estáveis de jogo e acesso mais rápido aos mercados. O Brasil precisa estimular essa nova indústria.

Em vez de se dedicar a entupir o BNDES com recursos do Tesouro para fazer aleluias de crédito a juros favorecidos, uma nova política industrial tem de levar em conta essa transformação. No curto prazo (próximos 10 ou 20 anos), há dois setores produtivos com grande potencial no Brasil não só em retorno econômico, como também em aumento do emprego: agronegócio e petróleo.

O segmento infantil das esquerdas tende a olhar o agronegócio com preconceito ideológico misturado com idiosincrasias tupiniquins. Como Marx fez críticas demolidoras aos fisiocratas que no século 18 defenderam a agropecuária como única fonte produtora de riquezas; e como as poucas experiências socialistas tiveram grande dificuldade de induzir o desenvolvimento do campo, essas esquerdas veem com desconfiança o sucesso do agronegócio no Brasil.

Olham como coisa de latifundiário, de usineiro, de pecuarista ou como tudo isso misturado com devastação do meio ambiente. Não conseguem enxergar como o agro está modernizando o interior, criando empregos (especialmente na área de serviços), nem como traz recursos ao Brasil. Até mesmo economistas respeitáveis, como Luiz Carlos Bresser-Pereira, entendem que o agronegócio está contaminando a indústria com o vírus da doença holandesa (excesso de dólares).

O agro não se dedica mais como no início do século 20 apenas a sufocar o mercado mundial com montanhas de sacas de café a ponto de ser necessário queimar estoques para salvar a economia do País, como fez Getúlio Vargas. O Brasil está se tornando celeiro do mundo, num ambiente em que é preciso alimentar 40 milhões de consumidores novos por ano apenas na Ásia.

Pode, dentro de mais alguns anos, produzir 200 milhões de toneladas de soja por ano. Ou, como escreveu nesta semana o físico José Goldemberg, também dentro de alguns anos, pode se tornar uma nova Arábia Saudita em combustíveis, apenas com produção de etanol. Por falar em etanol, tem o petróleo. O subsolo do Brasil está encharcado de óleo. Só o entorno das áreas da cessão onerosa deve ter algo como 15 bilhões de barris recuperáveis.

E tem o resto, que pode ser uma vastidão. Nacionalistas primários vêm mantendo um discurso de que é preciso ir devagar. Não querem abrir exploração e produção de petróleo e gás, porque entendem que isso é puro entreguismo. Não entendem que essa riqueza não pode mais dormir eternamente em berço esplêndido. No dia 22, o Estadão mostrou que, apenas no primeiro semestre deste ano, foram criados mil postos novos de trabalho em Macaé (RJ) com o retorno dos leilões de área.

Mais poços e mais plataformas, logo mais riqueza, mais royalties e mais empregos. O problema é que este jogo está nos 40 minutos do segundo tempo e dentro de mais uns 20 ou 30 anos a utilização de derivados do petróleo para produzir combustíveis ou energia elétrica será apenas residual. O mundo está optando rapidamente pela energia sustentável e pelo carro elétrico. O que tem de ser tirado do subsolo é agora ou, em breve, não será mais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Com aumento das importações, superávit recua 32,7% em julho

Balança comercial ficou positiva em US\$ 4,2 bi; mudança em regra tributária no setor de petróleo afetou resultado

A balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 4,2 bilhões em julho, valor 32,7% menor do que o alcançado no mesmo mês do ano passado. O recuo se deu por conta das mudanças nas regras tributárias para o setor de petróleo que levaram a um aumento expressivo das importações brasileiras em julho. Dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), no mês passado, mostram que as exportações somaram US\$ 22,9 bilhões, alta de 16,4% ante julho de 2017. Já as importações chegaram a US\$ 18,6 bilhões, o maior valor desde 2014, um salto de 42,7% na mesma comparação.

A alta foi impulsionada pela nacionalização de plataformas de petróleo, movimento que ocorreu depois de o governo alterar, em julho, o Repetro, regime de tributação do setor. Foi permitido benefício tributário para bens usados na exploração do petróleo mantidos no Brasil. Até então, os benefícios só eram concedidos se esses bens estivessem no exterior.

No total, a importação de plataformas teve impacto de US\$ 3,3 bilhões na balança. De acordo com o diretor de Estatísticas e Apoio às Exportações do Mdic, Herlon Brandão, a expectativa é de que no ano a mudança no Repetro represente cerca de US\$ 8,7 bilhões no resultado comercial. Apesar da estimativa, Brandão disse que o volume não é suficiente para mudar a previsão de superávit comercial no ano, que é de US\$ 50 bilhões.

A queda no saldo se dá pelo aumento nas importações no ano (21,1%). Até julho, as exportações cresceram em ritmo menor (7,3%). Para o economista da Tendências Sílvio Campos Neto mesmo sem as distorções causadas pelas transações com plataformas de petróleo, não haveria mudança na dinâmica mostrada desde o início do ano na balança comercial. "A importação cresce em

ritmo mais sólido do que as exportações por conta da base de comparação fraca e da retomada, ainda que em ritmo lento, da atividade econômica."

Guerra comercial. Em meio à guerra comercial entre EUA e China e as indefinições causadas no mercado, as exportações brasileiras de minério de ferro e de semimanufaturados de ferro e aço cresceram em julho. Principal insumo usado na produção de aço, a venda de minério de ferro ao exterior somou US\$ 1,8 bilhão em julho, alta de 47%.

Segundo Brandão, isso se deveu principalmente à variação de preço do produto, que subiu quase 34%, enquanto a quantidade aumentou 10% ante junho de 2017. Já as exportações de semimanufaturados de ferro e aço subiram 35% de junho de 2017 para junho deste ano, atingindo US\$ 427 milhões.

Para Brandão, a greve dos caminhoneiros teve impacto apenas "residual" no comércio exterior em junho. Por outro lado, houve alta de 0,5% na compra de combustíveis em julho, nível bem menor do que ao longo do ano, de 20,8%.

Em junho, quando passou a vigorar um programa de subsídios para o diesel – solução encontrada pelo governo para acabar com a greve dos caminhoneiros que durou dez dias e provocou uma crise de abastecimento no País – as importadoras de combustível chegaram a paralisar as compras do exterior temendo não ter acesso aos mesmos subsídios dados à Petrobrás. O governo, no entanto, garantiu que o tratamento será igual para os produtores locais e importadores. / COLABOROU EDUARDO LAGUNA

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Otávio Augusto

Título: Com estiagem, energia encarece

Se estiagem se prolongar, o abastecimento da população e a geração de energia elétrica em reservatórios brasileiros poderão ficar gravemente comprometidos. A seca é um dos motivos para bandeira vermelha patamar 2 continuar em vigência pelo terceiro mês consecutivo. Essa é uma forma de repassar ao consumidor o aumento no custo de produção de energia. A elevação na conta é de R\$ 5 a cada 100 kW/h consumidos, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Isso acontece porque o nível dos reservatórios de água das hidrelétricas estão com volumes muito baixos.

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) faz projeções pessimistas, mesmo se as chuvas até novembro

ficarem acima da média. A Agência Nacional de Águas (ANA) já impôs restrições, por exemplo, ao abastecimento de São Paulo. O Sistema Cantareira, composto por seis represas, está em uma situação pior do que em julho do ano passado. Se chover dentro de índices da média histórica, terá pouco mais de 50% da capacidade para enfrentar todo o período de seca. Se chover menos, ficará com 26%.

Atualmente, o volume acumulado é de 39,69% — pior índice desde 2016. Como consequência, a ANA determinou que, desde ontem, fosse reduzida a retirada de água pela Sabesp para a Região Metropolitana de São Paulo. O índice foi limitado a 27 metros cúbicos por segundo.

A Bacia do Rio São Francisco tem panorama semelhante. Se chover na média, apenas 38% do volume total será recomposto. A ANA autorizou a redução da vazão dos reservatórios de Sobradinho e Xingó. Antes da crise, a vazão média mínima era de 1.300 metros cúbicos por segundo. Agora, chegou a 600. Desde 2013, o manancial sofre restrições.

A Bacia do Rio Tocantins apresenta panorama mais otimista. Se chover na média, 87% da água completará o reservatório. Todo o sistema tem 55,56% da capacidade total. A Usina de Serra da Mesa, distante 260km de Brasília, acumula 20,44%. A ANA determinou que até dezembro a vazão do reservatório seja de 300 metros cúbicos. Nos reservatórios do Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, a crise é decorrente de vários anos com chuvas abaixo da média, explica o coordenador-geral de Operações e Modelagens do Cemaden, Marcelo Seluchi.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Polêmica do diesel

A Medida Provisória 847/2018, que renova o subsídio para garantir o desconto de R\$ 0,46 no litro do diesel até 31 de dezembro de 2018, negociado pelo governo com os caminhoneiros, foi publicada ontem no Diário Oficial da União. O decreto para regulamentar foi editado à noite.

Além de manter a subvenção de R\$ 0,30 — os outros R\$ 0,16 são isenção de impostos —, a nova MP restringe o desconto à comercialização de óleo diesel rodoviário. A ressalva ocorreu, porque o governo acabou subsidiando o uso do combustível para o transporte marítimo nos últimos 60 dias. Mas esse não foi o único erro do governo. Segundo Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o diesel estaria mais barato nas bombas sem a

intervenção do Executivo.

“Antes desse pacote de subvenção, o preço estava em R\$ 2,10 na refinaria. O governo deu desconto de R\$ 0,30 mais isenção de PIS e Cide, de R\$ 0,16, e foi para R\$ 2,03. Eu simulei a mesma política da Petrobras, pela variação do mercado internacional e da taxa de câmbio, e cheguei a R\$ 1,99, 1,7% menor”, calculou o especialista. “O tabelamento, no fim das contas, resultou em um preço mais alto do que se tivesse deixado a Petrobras seguir sua política”, acrescentou.

Pires explicou que o mercado de combustíveis tem alta volatilidade. “E o preço do diesel, quando é verão no Hemisfério Norte e o consumo residencial diminui, cai mais do que o do petróleo”, justificou. “Além de fazer populismo com o dinheiro dos outros, o governo não foi eficiente, pois nem os R\$ 0,46 chegaram à bomba. Uma pesquisa mostrou que o preço caiu só R\$ 0,20”, completou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: CPFL vai à universidade

A distribuidora paulista de energia CPFL firmou parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para desenvolver um programa de substituição de lâmpadas comuns por LED, além da implantação de usinas solares fotovoltaicas nos campus de São Carlos e Sorocaba. O acordo é uma troca de favores. A CPFL vai desembolsar R\$ 2,7 milhões e a UFSCar, em contrapartida, dará cursos e capacitações para os profissionais da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Subsídio ao diesel

O presidente Michel Temer assinou ontem o decreto que regulamenta a concessão, pela União, de subsídio à comercialização de óleo diesel rodoviário no território nacional por produtores e importadores. O subsídio no valor de até R\$ 0,30 por litro valerá até 31 de dezembro de 2018. O decreto, já publicado em edição extra, prevê que a subvenção econômica será reavaliada a cada mês. O preço de referência de comercialização é o mesmo fixado em 7 de junho e que vinha sido praticado até hoje.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho, Camila Maia e Rodrigo Polito | Do Rio e de São Paulo****Título: Petrobras pode ter lucro de R\$ 6,5 bilhões**

Depois de registrar seu melhor resultado trimestral em cinco anos, no primeiro trimestre, a Petrobras deve voltar a divulgar um balanço robusto na próxima sexta-feira (03/08), relativo ao segundo trimestre. Segundo a projeção média de sete instituições de análise consultadas pelo **Valor**, a petroleira deve anunciar um lucro líquido da ordem de R\$ 6,5 bilhões, valor 20 vezes superior ao apurado no segundo trimestre de 2017 e ligeiramente abaixo dos R\$ 6,96 bilhões registrados nos três primeiros meses deste ano.

A expectativa, com isso, é que a empresa volte a pagar dividendos trimestrais, depois da distribuição de R\$ 652 milhões em juros sobre capital próprio, relativos ao primeiro trimestre.

Para o Credit Suisse, o resultado do segundo trimestre deve ser positivamente impactado pela cotação do barril do petróleo no mercado internacional. O banco destaca que o preço do Brent atingiu, no segundo trimestre, uma média de US\$ 75 o barril - o nível mais alto desde que os preços do petróleo começaram a declinar, no último trimestre de 2014.

Credit Suisse, Goldman Sachs, Morgan Stanley, Raymond James, Santander, UBS e XP estimam também Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e receitas maiores. Segundo a projeção média das casas de análise, a Petrobras deve anunciar um aumento de 24,5% na receita líquida, para R\$ 83,451 bilhões no segundo trimestre, ante igual período do ano passado. Já o Ebitda deve saltar 53,4%, na mesma base de comparação, para R\$ 29,3 bilhões.

Segundo o UBS, o impacto positivo do aumento dos preços do barril deve ser contrabalançado pelo impacto negativo da redução de 10% nos preços do diesel, anunciada em maio, em meio à greve dos caminhoneiros, e pelas operações de hedge de petróleo.

A XP destaca que o principal ponto a se monitorar no balanço a ser divulgado pela estatal esta semana é justamente o impacto do programa de subvenção do diesel nas contas da companhia. Em meio a greve dos caminhoneiros, na segunda quinzena de maio, a Petrobras anunciou a redução e o congelamento dos preços do derivado por 15 dias. Em seguida, o governo implementou um programa que prevê a prática do subsídio até o fim do ano.

A petroleira será reembolsada pela União, pela subvenção, mas até o momento ainda não recebeu a primeira parcela. O Credit Suisse estima que o balanço do segundo trimestre deve contabilizar um impacto "ligeiramente inferior" aos R\$ 350 milhões inicialmente previstos com o programa de subvenção do diesel.

O UBS, por sua vez, afirma que, a área de refino deve ter operado, no segundo trimestre, com margens menores. "Vemos a chance de que a maior taxa de utilização da capacidade das refinarias domésticas levem a uma queda nas margens de refino, por conta do prêmio menor em relação aos produtos importados, especialmente o diesel", cita o relatório do banco.

O Credit reforça ainda que a Petrobras deve divulgar um resultado "limpo", com poucos itens não recorrentes. O banco destaca o efeito positivo, no caixa, da conclusão da venda de 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos, para a Equinor (Statoil) e da venda da Petroquímica Suape e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), para a mexicana Alpek.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Michael Pooler | Financial Times, de Londres

Título: Tarifas americanas impulsionam resultado do grupo ArcelorMittal

As tarifas americanas sobre as importações de metais impulsionaram a ArcelorMittal, maior produtora de aço do mundo, que registrou seu melhor lucro básico semestral desde 2011. A empresa destacou que foi uma das "beneficiadas" pela imposição por Washington de impostos de 25% sobre as importações de aço, o pilar básico da promessa de Donald Trump de promover a retomada do chamado Cinturão da Ferrugem dos Estados Unidos.

"Vemos um impacto positivo significativo das tarifas em nosso segmento Nafta [Acordo de Livre Comércio da América do Norte]", disse o diretor de finanças da ArcelorMittal, Aditya Mittal. "Acho que vamos continuar a ver isso na segunda metade de 2018".

A tarifa sobre o aço, criada para proteger as siderúrgicas americanas contra práticas de dumping da China, são uma das várias medidas protecionistas que desencadearam uma guerra comercial entre as duas nações.

O imposto também alimentou uma onda de alta nos preços locais do aço. Essa valorização ajudou a empresa a superar as previsões dos analistas do mercado e a registrar lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 5,59 bilhões no semestre, 28,6% a mais do que em igual período de 2017. As vendas semestrais subiram 17,6% na comparação anual, para US\$ 39,2

bilhões, apoiadas principalmente pela alta do preço. O lucro líquido subiu 30% e somou US\$ 3,06 bilhões.

A empresa destacou outros fatores por trás de seu desempenho, entre os quais as condições favoráveis nos mercados mundiais de aço e os próprios esforços para reduzir custos e tornar suas operações mais sustentáveis. A ArcelorMittal também opera minas de carvão e minério de ferro, fundamentais para produzir aço.

Os números sólidos colocam em evidência a recuperação em curso na indústria siderúrgica como um todo, um quadro altamente diferente da situação instável em que os produtores se encontravam há menos de três anos, quando os preços estavam no chão em consequência do excesso de oferta.

Enquanto as siderúrgicas vêm emergindo como grandes ganhadoras da ofensiva comercial de Trump, várias montadoras, como Ford e General Motors, alertaram para o impacto que o aumento do preço do aço vai ter em seus lucros. As importações de alumínio também estão sujeitas a um imposto, de 10%. O executivo da Mittal, no entanto, minimizou a gravidade das possíveis consequências das tarifas dos EUA sobre suas operações em outros países.

"Há impactos negativos em nossas operações canadenses, nossas operações brasileiras e nossas operações europeias. Mas essa não é nossa preocupação - nossa preocupação é o nível enorme de capacidade [de produção] excedente que existe na indústria mundialmente e o impacto que isso pode ter no equilíbrio comercial", disse.

Recentes medidas no âmbito do comércio exterior tomadas pela União Europeia para proteger sua própria indústria do aço reduziram as preocupações do grupo quanto a um possível aumento das importações do bloco econômico.

Em sinal de que os bons tempos do setor podem continuar, o grupo revisou para cima sua previsão de crescimento no consumo mundial de aço em 2018 para uma taxa entre 2% e 3%. A previsão anterior variava entre 1,5% e 2,5%. "O alcance mundial das operações [da ArcelorMittal] finalmente está dando retorno", disse Mittal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Três Lagoas (MS) e Ilha Solteira (SP)

Título: Grupo chinês tem desafios em hidrelétricas

Ao mesmo tempo que definiu plano de investimento de R\$ 3 bilhões em Ilha Solteira (foto) e Jupia, a CTG Brasil iniciou um programa de treinamento e capacitação dos funcionários herdados da Cesp

Quando a China Three Gorges (CTG) arrematou o complexo hidrelétrico de Jupia e Ilha Solteira, no fim de 2015, não imaginava os desafios que teria pela frente. Passados dois anos da transferência do controle das usinas, que custaram R\$ 13,8 bilhões em bônus pelas outorgas, a chinesa ainda esbarra em surpresas na operação das duas hidrelétricas que, juntas, somam cerca de 5 GW, quase metade da potência de Belo Monte.

Na época, o investimento foi considerado vantajoso. Por não encontrar concorrentes com capital disponível para uma oferta, a CTG deu um lance sem deságio, garantindo o recebimento de uma receita anual de geração (RAG) de R\$ 2,38 bilhões. O montante representa uma receita pela gestão dos ativos, acrescida do retorno da bonificação pela outorga. Outra vantagem é que 70% da garantia física das usinas está no regime de cotas, livre de exposição ao risco hidrológico.

A chinesa tinha feito diligência nos ativos e sabia que havia necessidade de grandes investimentos. O problema foi a urgência de implementação das reformas.

Um plano de modernização precisou ser colocado em prática às pressas, ao custo total de R\$ 3 bilhões, porque três das 34 unidades geradoras apresentaram falhas críticas de funcionamento logo nos primeiros seis meses em que a chinesa assumiu os ativos. Os problemas foram de menor porte, mas ameaçavam comprometer a operação de todo o complexo.

Ao **Valor**, o diretor de Operação e Manutenção (O&M) da CTG no Brasil, César Teodoro, disse que a situação que a companhia encontrou as usinas foi "muito pior" do que eles imaginavam. A ideia inicial era fazer um diagnóstico completo da situação das usinas antes de iniciar as reformas, mas alega que não houve tempo para isso.

"As falhas serviram como alerta. Identificamos que os problemas aconteceram em componentes críticos, e escolhemos duas máquinas de cada usina para iniciar a modernização, que seria mais cadenciada e precisou ser acelerada", disse Teodoro.

Como o governo de São Paulo decidiu privatizar os ativos de energia no fim dos anos 1990, já são 20 anos sem a realização de investimentos na modernização das usinas, que foram construídas entre os anos 1960 e 1970. Jupia, que tem 1.550 MW de potência, foi a maior hidrelétrica do Brasil quando tiveram início

suas operações, em 1969. O posto foi perdido para a usina de Ilha Solteira, que tem 3.440 MW de potência, quando esta entrou em operação em 1974.

A companhia chinesa, que opera as maiores hidrelétricas do mundo - inclusive Três Gargantas, na China, que dá nome à companhia -, arrematou as usinas em um leilão de relicitação realizado no fim de 2015. A Cesp devolveu os ativos à União depois de recusar as regras para renovação das concessões criadas pela Medida Provisória (MP) 579, convertida na Lei 12.783, de 2013.

"Encontramos as usinas com alto risco, sem modernizações, só com manutenção básica dos equipamentos. A Cesp queria sair das usinas e fez uma gestão de acordo com isso", disse Teodoro.

Reforma deve trocar equipamentos obsoletos e analógicos para que usinas ganhem eficiência e confiabilidade

Hoje, a CTG busca implementar eficiência e digitalização nos ativos, que são quase todos analógicos, operados manualmente por funcionários da companhia. A situação é precária. Para evitar que operadores mexam em equipamentos errados, são colocados recados de papel nas máquinas, além de cadeados. A operação de cada uma das 34 turbinas é individual, e não centralizada. Os funcionários anotam os números das máquinas manualmente para que sejam colocados no sistema.

"Mexemos não só nas máquinas, mas também com investimentos em capacitação dos funcionários", disse Jorge Okawa, diretor de Engenharia e Capex da companhia, responsável pelo processo de modernização.

Um dos objetivos da reforma é justamente substituir a coleta de dados manuais, com a criação de um centro de operação centralizado para todas as usinas do grupo, que deverá ficar em Ilha Solteira. "Vamos fazer a parametrização dos dados e melhorar a prevenção de eventos", disse Okawa.

Para isso, muitos dos atuais funcionários das duas usinas estão sendo capacitados para lidar com as novas tecnologias. A redução do quadro de funcionários deve ser uma consequência, mas a companhia pretende aproveitar o momento em que as usinas se encontram, com envelhecimento dos contratados e muitos prestes a se aposentarem. "Temos o desafio de fazer a sucessão e o repasse de conhecimento nas usinas", disse Teodoro. Segundo Ogawa, em torno de 80% dos funcionários da Cesp continuaram nas usinas.

A modernização também está ajudando a criar empregos. Por causa das obras, a usina já chegou a ter 480 funcionários trabalhando durante a reforma. Agora, são 260 contratados.

As duas usinas acabaram se transformando em dois canteiros gigantes de obras, comportando a operação rotineira das hidrelétricas e também máquinas imensas suspensas sendo transportadas de um lado para outro.

Atualmente, o plano de modernização das usinas se encontra na conclusão da primeira fase, na qual foi feita uma concorrência nacional vencida pela Voith. A companhia alemã trabalha em um espaço cedido pela CTG em Ilha Solteira na reforma das máquinas, enquanto que, em Jupia, os trabalhos acontecem no espaço ocupado também pelas máquinas em operação na usina.

A previsão inicial era de que essa fase, na qual serão trocadas duas máquinas de cada usina, duraria oito meses. No entanto, atrasos e "surpresas" fizeram com que o prazo crescesse para 10 meses. Um dos obstáculos foi um problema em uma turbina Francis de 172 MW de Ilha Solteira, que precisou ir para a fábrica da Andritz, em Araraquara, para ser reformada. O transporte da peça, por 400 quilômetros, levou 13 dias. A expectativa é que o retorno a Ilha Solteira leve outros cinco dias e termine nesta semana.

O desafio da CTG é ainda maior pelo fato de que as turbinas serão totalmente reformadas com as usinas em operação. Para evitar punições da Aneel, apenas duas máquinas de cada usina podem ser paralisadas por vez. Toda a reforma será concluída ao longo de 10 anos. "É como trocar os pneus com o carro andando", contou Teodoro.

Durante os 30 anos de concessão, cada uma das máquinas pode ficar parada por até 12 meses para manutenções e consertos, sem afetar a disponibilidade das hidrelétricas - e sem a redução a receita da CTG e nem a aplicação de penalidades. O objetivo da chinesa é não "gastar" todo esse período nessa reforma. A previsão é de que cada máquina vá ficar parada por, em média, 10 meses, restando ainda dois meses que poderão ser utilizados no caso de eventuais problemas ao longo da concessão.

A companhia conseguiu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para parar duas máquinas por vez ao explicar que o projeto mostra o compromisso da CTG com o setor elétrico brasileiro. A ideia não é fazer uma reforma que dure os 30 anos da concessão, mas investir na renovação dos ativos, com possível ganho de potência com a troca das máquinas. Nos 20 anos restantes em que a chinesa vai operar essas usinas, a companhia não descarta fazer novos investimentos em tecnologia e modernizações.

A experiência pioneira nessa reforma será levada para a China e também para outros ativos de geração no Brasil que precisarão, eventualmente, passar por modernizações semelhantes, dada a idade avançada dos ativos. Para garantir a

troca de informações, a CTG trouxe 10 engenheiros da China para participarem da reforma.

O **Valor** procurou a Cesp, antiga concessionária das duas usinas. A estatal paulista informou que utiliza e sempre utilizou "as melhores práticas de manutenção de seus ativos de geração", garantindo a qualidade da operação, disponibilidade das máquinas e confiabilidade operacional superior aos requisitos definidos pela Aneel, e que "jamais se descuidou" de suas responsabilidades junto ao poder concedente. Segundo a companhia elétrica, que está em processo de privatização, em junho de 2016, data da entrega das concessões à CTG, os indicadores de disponibilidade das duas hidrelétricas eram superiores às referências definidas pela agência reguladora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Três Lagoas e Ilha Solteira

Título: Planos da CTG movimentam cadeia local de fornecedores

Os investimentos bilionários em implementação pela China Three Gorges (CTG) na modernização das hidrelétricas Jupia e Ilha Solteira foram bem recebidos pela indústria de máquinas e equipamentos do setor, que enfrenta uma estiagem de novos projetos de geração hídrica.

A chinesa deve concluir em breve a primeira fase do projeto, que envolveu investimentos da ordem de R\$ 300 milhões e a reforma de quatro máquinas, duas de cada usina. Para isso, a CTG fez uma licitação nacional, na qual a Voith venceu as concorrentes GE e Andritz. Inicialmente, a previsão era de que esta etapa paralisasse as turbinas afetadas por até oito meses, mas problemas fizeram com que a fase fosse estendida para 10 meses de duração.

Ao fim desta semana, deve retornar à hidrelétrica de Ilha Solteira, a maior das usinas da CTG no Brasil, uma turbina tipo Francis que precisou ser enviada à fábrica para reforma. Nesse caso, a Andritz foi vencedora do contrato, pela proximidade da unidade fabril, localizada em Araraquara, com a usina. Ainda assim, o transporte da peça, de 150 toneladas, foi um desafio. Por sua dimensão, havia limitação de horários em que a turbina pode percorrer os 400 quilômetros até a fábrica.

Com o retorno da peça, a unidade de geração em questão será remontada, aproximando a primeira fase da modernização do fim.

A segunda fase deve começar em seguida, com duração prevista de três anos. O prazo maior será necessário pois, além da reforma de oito máquinas, quatro de

Jupiá e quatro de Ilha Solteira, a CTG aproveitou o mesmo contrato para instalar toda a automação e também trocar os transformadores elevadores - equipamentos que recebem a energia elétrica e a transformam em alta tensão - das duas usinas. Também serão reformados os vertedouros das hidrelétricas.

A intenção de contratar os equipamentos antecipadamente é manter as usinas com a operação "uniforme", o que ajudará nos ganhos de eficiência e confiabilidade, explicou Jorge Okawa, diretor de engenharia e capex da companhia, responsável pelo processo de modernização.

Nessa segunda etapa, a CTG teve tempo suficiente para fazer uma concorrência internacional. Isso, e o escopo maior do projeto, possibilitaram uma negociação em termos mais "favoráveis" para a companhia, disse Okawa. A chinesa pretende investir cerca de R\$ 700 milhões nessa fase.

A GE vai liderar o consórcio do fornecimento dos equipamentos para modernização e reforma das oito unidades geradoras, em parceria com as chinesas Harbin Electric Machinery Company e com a China Power Construction Corporation. A brasileira WEG será responsável pelo fornecimento dos transformadores elevadores para todas as 30 máquinas que ainda não foram modernizadas, para garantir a uniformidade das operações. Por fim, a chinesa Sepco1 vai fornecer a automação das máquinas.

As contratadas usarão o mesmo espaço hoje ocupado pela Voith para a reforma, e os funcionários também poderão ser reaproveitados. A CTG Brasil também exigiu, nos contratos, que os projetos usem um percentual elevado de mão de obra brasileira.

A terceira etapa da reforma das hidrelétricas só deve ter uma licitação quando a segunda estiver perto do fim. Segundo Okawa, das 34 unidades geradoras das duas usinas, a intervenção "mais forte" será em 22.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Três Lagoas e Ilha Solteira

Título: Usinas foram construídas entre os anos de 1960 e 1970

Construídas em plena ditadura militar (1964-1985), as hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira, no rio Paraná, foram projetos prioritários para a segurança energética do país e os interesses do governo do Estado de São Paulo da época.

Jupiá, com 1.551 megawatts (MW) de potência e 14 unidades geradoras com turbinas tipo kaplan, com pás móveis, teve sua construção iniciada em 1961 e

foi concluída em 1974. Originalmente chamada de hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, a usina fica na divisa de Mato Grosso do Sul e São Paulo, entre os municípios de Três Lagoas (MS) e Castilho (SP).

A hidrelétrica perdeu o posto de maior usina do Brasil para a vizinha Ilha Solteira, que começou a ser construída em 1966 e finalmente foi finalizada em 1978, com 3.444 MW de potência por meio de 20 unidades geradoras com turbinas tipo francis.

Também no rio Paraná, a usina, a maior de São Paulo, está entre Selvíria (MS) e Ilha Solteira (SP). A cidade com o nome da usina, que se desenvolveu a partir de uma vila construída para a habitação dos operários, só passou oficialmente a existir em 1991. O reservatório da usina é interligado com a hidrelétrica de Três Irmãos (que também era da Cesp e foi vendida em 2014) por meio do canal Pereira Barreto, que tem 9.600 metros de comprimento.

Além de terem contribuído para o desenvolvimento da região, as duas hidrelétricas são consideradas muito importantes para o Sistema Interligado Nacional (SIN) por estarem próximas do centro de carga, o que reduz custos de transmissão.

MME / ASCOM .